



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES - CAMPUS III
LICENCIATURA PLENA EM LETRAS**

JOSÉ HAILTON MARQUES DA SILVA

**PRECONCEITO LINGUÍSTICO: A EXCLUSÃO PELA LINGUAGEM NO
ENSINO FUNDAMENTAL II**

GUARABIRA – PB

2017

JOSÉ HAILTON MARQUES DA SILVA

**PRECONCEITO LINGUÍSTICO: A EXCLUSÃO PELA LINGUAGEM NO
ENSINO FUNDAMENTAL II**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Letras da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do Grau de Licenciatura em Letras.

Orientador (a): Prof.^a Dr.^a Iara Ferreira de Melo Martins

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE
GUARABIRA/UEPB

S586p Silva, José Hailton Marques da

Preconceito linguístico: a exclusão pela linguagem no ensino fundamental II / José Hailton Marques da Silva. – Guarabira: UEPB, 2017.

27 p.

Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual da Paraíba.

“Orientação Profa. Dra. Iara Ferreira de Melo Martins”.

1. Variação Linguística. 2. Preconceito Linguístico. 3. Inclusão. I.Título.

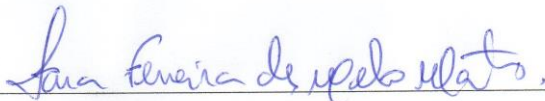
22.ed. CDD 370

JOSÉ HAILTON MARQUES DA SILVA

**PRECONCEITO LINGÜÍSTICO: A EXCLUSÃO PELA LINGUAGEM NO
ENSINO FUNDAMENTAL II**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Graduação em Letras da Universidade
Estadual da Paraíba, em cumprimento à
exigência para a obtenção do Grau de
Licenciatura em Letras.

Aprovado em: 27/07/2017



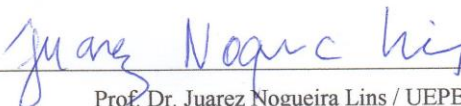
Profª. Drª. Iara Ferreira de Melo Martins / UEPB

Orientadora



Profª. Drª. Maria Neni de Freitas / UEPB

Examinadora



Prof. Dr. Juarez Nogueira Lins / UEPB

Examinador

PRECONCEITO LINGUÍSTICO: A EXCLUSÃO PELA LINGUAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL II

SILVA, José Hailton Marques da¹

RESUMO

Este trabalho aborda o preconceito linguístico na sala de aula, nas turmas do 6º ao 9º ano do ensino fundamental II, da cidade de Sertãozinho – PB. Desse modo, temos como objetivo geral: discutir o preconceito linguístico como mecanismo de inclusão na escola, e como objetivos específicos buscar: refletir acerca da inclusão pela linguagem na escola e apresentar alternativas que trabalham com o preconceito linguístico. Como suporte teórico nos apoiamos em: Antunes (2003), Bagno (2003), Bortoni-Ricardo (2004), PCN (1998), Travaglia (2009), entre outros. Em nossa análise de dados estão destacados diálogos estabelecidos entre a professora e os alunos, nas aulas de língua portuguesa, que expressam a variação linguística em sala de aula e o preconceito contra as variantes não-padronizadas. A metodologia pautou-se em uma pesquisa-campo com uma abordagem qualitativa de caráter descritivo-interpretativo. Diante dos fatos analisados, percebe-se que é fundamental trabalhar a inclusão das variantes diferentes da gramática normativa para amenizar o abismo existente entre o que é considerado padrão e não-padrão no uso da língua.

PALAVRAS-CHAVE: Variação Linguística. Preconceito Linguístico. Inclusão.

ABSTRACT

This work deals with the linguistic prejudice from the classes of elementary education II, in the Sertãozinho city - PB. Thus, we have as a general objective: to discuss linguistic prejudice as a mechanism for inclusion in schools, and as specific objectives we seek: to reflect about the inclusion by language in schools and to offer alternatives that work against the linguistic prejudice. As theoretical support, we are based on: Antunes (2003), Bagno (2003), Bortoni-Ricardo (2004), PCN (1998), Travaglia (2009), among others. In our data analysis, there are emphasis on dialogues established between the teacher and the students in the Portuguese language classes, which express the linguistic variation in the classroom and the prejudice against the non-standardized variants. The methodology was based on a field research with a descriptive-interpretive qualitative approach. Based on the analyzed facts, we realized that it is essential to work including different variants of normative grammar deconstructing the existing abyss between what is considered standard and non-standard in language use.

KEY WORDS: Linguistic Variation. Linguistic Prejudice. Inclusion.

¹ Estudante de Graduação em Letras – Português/Licenciatura. Universidade Estadual da Paraíba – Campus III. E-mail: hailtonmarques14@yahoo.com

1 INTRODUÇÃO

Os falantes, ao usarem a língua, também emitem um juízo de valor que pode estar vinculado a um estereótipo preconceituoso, mais especificamente ao preconceito linguístico, que surge devido a não aceitação ou desconhecimento das variações linguísticas. Esse tipo de preconceito traz problemas sérios que atingem principalmente os indivíduos das classes sociais desfavorecidas por não terem um conhecimento maior da norma-padrão e por utilizarem variantes linguísticas diferentes da norma.

As consequências do preconceito linguístico estendem-se, também, as escolas, principalmente no ensino de língua materna, pois o trabalho sobre a língua ainda é muito influenciado por concepções que priorizam a padronização linguística. A valorização da norma e a desconsideração das variantes linguísticas, pelos professores, sustentam a exclusão no ambiente escolar, de muitos alunos que fazem uso de variantes diferentes da padrão.

O termo inclusão usado neste trabalho é tomado no sentido lato senso, tendo como foco o ensino da linguagem, embasado em ações voltadas para a educação inclusiva, na medida em que manter o aluno na escola e proporcionar condições para sua progressão é importante, independente das dificuldades que ele apresente.

Tivemos como objetivo geral discutir o preconceito linguístico como mecanismo de inclusão na escola e como objetivos específicos: a) refletir acerca da inclusão pela linguagem na escola e b) apresentar alternativas que trabalham com o preconceito linguístico. Elaboramos também as seguintes questões: Há o trabalho contra o preconceito linguístico em sala de aula? Será que o docente está preparado para lidar com esse tema? A partir dessa temática o educador promove à inclusão pela linguagem? Tais questões nos permitiram conhecer um pouco da realidade existente nas salas de aulas e por meio delas entendemos que as diferentes formas de se expressar são reflexos das variações de nossa língua.

Para desenvolver as ideias que norteiam este trabalho, utilizamos autores como: Antunes (2007), Bagno (2015), Bortoni-Ricardo (2004), PCN (1998), Scherre (2005), Travaglia (2009), entre outros, que nos orientaram na construção teórica desse estudo. Este artigo está dividido na seguinte ordem:

Na primeira seção contém a fundamentação teórica que está dividida em dois tópicos. O primeiro deles diz respeito a uma discussão sobre língua e gramática normativa, no qual apresentamos concepções que distinguem a língua da gramática e através dessas perspectivas entendemos que ambas possuem significados específicos. Em seguida, ainda nesse mesmo ponto, falamos da inclusão pela linguagem mostrando que ela é um recurso que pode ser

utilizado para amenizar os transtornos causados pelo preconceito linguístico. No segundo tópico abordamos outra discussão que se refere ao preconceito linguístico na escola, apresentando questões sobre a variabilidade existente em nossa língua e o preconceito que ocorre contra as variantes diferentes da norma-padrão, apontando fundamentos que desconstruam o mito da homogeneidade linguística.

Na terceira seção, apresentamos a metodologia utilizada neste trabalho com informações do campo de pesquisa e dos sujeitos que participaram de nosso estudo. É importante ressaltar que essa pesquisa é de natureza qualitativa de caráter descritivo-interpretativo, a qual nos permitiu coletar os dados necessários e averiguar o tema analisado por meio da observação em sala de aula.

Na quarta seção, enfatizamos a análise de dados, nela destacamos os registros dos diálogos entre professora e alunos feitos em sala de aula. A partir desses diálogos conhecemos como a docente e os discentes se posicionam diante de situações de preconceito linguístico.

No quinto momento, apresentamos as considerações finais, retomando aspectos relevantes, expondo a concretização dos objetivos e os resultados das questões. Por último, destacamos as referências utilizadas para a realização deste trabalho.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O trabalho com a língua materna em sala de aula envolve temas relevantes que estão relacionados ao uso da língua em sociedade. Desse modo, ao falar sobre língua, implica não apenas estudar a gramática normativa, mas requer destacar assuntos como: a variação linguística e o preconceito linguístico, assuntos estes que estão intimamente relacionados à língua.

Trataremos de temas como estes ao longo desse trabalho e para isso apresentaremos dois tópicos. No primeiro discutiremos sobre língua e gramática normativa, apresentando concepções que norteiam o trabalho dessas temáticas em sala de aula e esclarecendo a distinção entre ambas. No segundo tópico abordaremos o preconceito linguístico na escola, discutindo os fatores que contribuem para esse tipo de preconceito e sobre suas consequências que atingem principalmente os alunos que utilizam as variantes linguísticas não padronizadas.

2.1 LÍNGUA X GRAMÁTICA NORMATIVA

Há uma questão importante para discutirmos. Algumas pessoas confundem língua com gramática, dentre elas estão alguns professores que contribuem para à propagação dessa ideia equivocada. Para esclarecer essa confusão existente, há tanto tempo, entre língua e gramática normativa, Bagno apresenta o seguinte exemplo:

Você sabe o que é um igapó? Na Amazônia, igapó é um trecho de mata inundada, uma grande poça de água estagnada às margens de um rio, sobretudo depois da cheia. Parece-me uma boa imagem para a gramática normativa. Enquanto a língua é um rio caudaloso, longo e largo, que nunca se detém em seu curso, a gramática normativa é apenas um igapó, uma grande poça de água parada, um charco, um brejo, um terreno alagadiço, à margem da língua. Enquanto a água do rio/língua, por estar em movimento, se renova incessantemente, a água do igapó/gramática normativa envelhece e só se renova quando vier a próxima cheia (BAGNO, 2003, p.10).

Como vimos na comparação feita por Bagno, a língua está em constante evolução, sempre passando por mudanças, e portanto, se renovando, enquanto que a gramática normativa é exemplificada como algo estático, parado no tempo, e que só recebe alterações quando estudiosos ou gramáticos resolvem acrescentar alguma informação.

Scherre também faz referência a essa confusão quando diz:

[...] uma ideia milenar equivocada: a de confundir língua (sistema natural de comunicação humana) com a gramática normativa (um livro feito por falantes-pesquisadores, com ênfase especial na modalidade escrita de prestígio, uma das muitas faces do exercício do poder) (SCHERRE, 2005, p.84-85).

A partir da opinião de Scherre, entendemos que essa concepção de que língua e gramática normativa são a mesma coisa, é um equívoco. Por isso, é necessário entender as diferenças que existe entre ambas, para esclarecer dúvidas como esta, que ainda persiste nos dias atuais.

Antunes também fala sobre este assunto, expondo que língua e gramática não possuem a mesma significação:

A concepção de que língua e gramática são uma coisa só deriva do fato de, ingenuamente, se acreditar que a língua é constituída de um único componente: a gramática. Por essa ótica, saber uma língua equivale a saber sua gramática; ou, por outro lado, saber a gramática de uma língua equivale a dominar totalmente essa língua (ANTUNES, 2007, p.39).

Assim como Bagno e Scherre, Antunes também expressa que língua e gramática normativa se diferenciam categoricamente. Observando as citações anteriores utilizadas por estes autores fica visível que língua e gramática possuem significados diferentes. Para Antunes (2007), quando alguém diz que “não sabe falar”, este alguém quer dizer que “não sabe falar de acordo com a gramática normativa”, ou seja, a autora expressa que para os que pensam “que não sabem falar”, língua e gramática possuem o mesmo significado.

Travaglia (2009) também trata da distinção entre língua e gramática. Para ele, a maneira de compreender a língua, influencia diretamente a linguagem. Dessa forma, o autor destaca três concepções de linguagem.² A primeira delas é a “linguagem como expressão do pensamento.” Partindo dessa concepção, as pessoas não conseguem se expressar satisfatoriamente porque não pensam, ou seja, as pessoas deveriam seguir rigidamente as regras gramaticais na fala, para serem consideradas como falantes que se expressam bem.

A segunda concepção é a “linguagem como instrumento de comunicação, como meio objetivo para a comunicação”. Para essa concepção a língua é tratada como um conjunto de códigos que estão ligados as normas. Tais códigos devem ser utilizados de forma efetiva pelos falantes, (locutor e interlocutor), para que ambos possam interagir, se algum deles não souber utilizá-los adequadamente a comunicação não será efetivada.

A terceira concepção é a “linguagem como forma ou processo de interação”. Nessa concepção, o indivíduo utiliza a língua para concretizar e exercer de forma satisfatória suas comunicações, isto é, por meio dela os usuários conseguem interagir, dialogando com seus interlocutores nos diferentes contextos comunicativos.

No que diz respeito à gramática, Travaglia (2009) também apresenta três concepções. A primeira concepção de gramática é descrita como “um manual com regras de bom uso da língua”. Esse uso da língua considerado bom, depende de como o indivíduo utiliza esse manual composto pelas regras da gramática. Tal manual deve ser seguido por aqueles que desejam se expressar de forma adequada, segundo a norma-padrão.

A segunda concepção de gramática é denominada de “gramática descritiva”. Ela é considerada assim, porque descreve os usos da língua. Trata-se, pois, de um conjunto de regras, que está ligado a uma determinada variedade linguística e que é utilizado pelos usuários em suas construções enunciativas. Dessa maneira, os falantes são capazes de distinguir, nas expressões linguísticas aquilo que é considerado gramatical e agramatical segundo a variedade utilizada.

² Neste trabalho adotaremos língua e linguagem possuindo o mesmo significado.

A terceira concepção é conhecida como “gramática internalizada”. Nessa concepção, a gramática é vista como um conjunto composto por regras que os próprios indivíduos aprenderam no uso diário. Essa gramática é internalizada porque está presente no inconsciente de cada ser humano. Para essa concepção, não existe o erro linguístico, mas sim, a “inadequação” da variedade da língua que foi utilizada. Tal inadequação ocorre devido ao fato dos falantes não compreenderem as normas gramaticais que regem o uso da língua.

Como vimos, foram várias as concepções de linguagem e gramática destacadas por Travaglia. Neste trabalho, selecionamos a concepção de linguagem “como forma ou processo de interação”, pois ela enfatiza que o indivíduo faz uso da língua não apenas para expressar o que pensa ou para passar informações, mas principalmente para estabelecer um diálogo interativo com o interlocutor. Desse modo, a linguagem assume o papel de interação entre os indivíduos, fazendo-os interagir de forma satisfatória nas situações comunicativas e nos diferentes contextos enunciativos.

No que diz respeito a concepção de gramática, destacamos a gramática descritiva que permite aos seus usuários descreverem as variedades da língua, e por meio dela podemos descrever o estabelecimento dos atos comunicativos. Destacamos esta concepção de gramática, porque ela considera as variantes linguísticas usadas pelos falantes em suas comunicações. O trabalho a partir dessa concepção auxilia na distinção entre língua e gramática, e possibilita aos docentes e discentes identificar aquilo que é considerado adequado e inadequado aos contextos comunicativos.

A partir da discussão acima, entendemos que de fato língua e gramática normativa não possuem o mesmo significado, ou seja, elas possuem características bem distintas. Como vimos, a linguagem é macro, natural ao ser humano e está em constante evolução, por isso é algo muito mais amplo e muito mais complexo do que a gramática normativa, que é micro, e resume-se em compêndios feitos por estudiosos de uma língua em um determinado espaço/tempo.

O trabalho educativo a partir de concepções que respeitam as variantes linguísticas pode contribuir para a conscientização dos alunos, favorecendo a inclusão no contexto escolar. Segundo Aulete (2011, p.485), inclusão é a “ação ou resultado de incluir, de integrar um elemento a um todo”. Isto é, tal conceito envolve atitudes e medidas que podem propiciar o acesso democrático e igualitário à toda sociedade, promovendo a integralização dos indivíduos em todos os níveis sociais.

Ao suscitar a inclusão e o acesso dessas pessoas à norma considerada “padrão”, haverá maior conhecimento das variedades linguísticas na escola, garantindo uma educação

democrática que respeita e aceita as várias formas de fala dos educandos, demonstrando que não existe uma inferioridade na língua, mas sim, variações.

Como vimos, não existe uma igualdade de direitos entre os falantes da modalidade padrão e os não-padrão, pois quando as pessoas tentam apagar as diferenças, ou mesmo não reconhecê-las apontando os “erros” dos outros, acabam revelando o preconceito linguístico, contradizendo os princípios democráticos de nossa sociedade. Portanto, não podemos ofuscar o que existe, pois a heterogeneidade é uma marca visível na língua do povo brasileiro, o que nos faz entender que é essencial valorizar a construção identitária dos falantes.

A inclusão pela linguagem é uma forma de combate ao preconceito, respondendo às necessidades educacionais da escola e principalmente dos grupos sociais desfavorecidos. Ao inserir tais grupos no mesmo patamar educativo que os falantes do português-padrão, a escola propicia o conhecimento da linguagem na modalidade padrão e também nas demais modalidades, mostrando que a heterogeneidade entre os grupos sociais é sinônimo de uma cultura valiosa, ou seja, olhando para as diferenças positivamente e visualizando respeitosamente àquilo que cada pessoa traz consigo.

Portanto, é possível reconhecer que não há apenas uma, mas muitas maneiras de fazer uso da linguagem, o que nos demonstra que o preconceito é desnecessário, pois o que queremos é uma educação inclusiva, livre de preconceitos, para que todos possam partilhar dos mesmos direitos com igualdade.

2.2 PRECONCEITO LINGUÍSTICO NA ESCOLA

Vivemos em uma sociedade heterogênea, na qual existem diversas línguas, culturas, raças, costumes, classes sociais, etc. No entanto, ainda existem pessoas que acreditam que a língua é homogênea e que não sofre variação nem mudança, por isso, discriminam a existência de variantes linguísticas. Tratando de tal assunto, os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (1998), citam:

A variação é constitutiva das línguas humanas, ocorrendo em todos os níveis. Ela sempre existiu e sempre existirá, independentemente de qualquer ação normativa. Assim, quando se fala em “Língua Portuguesa” está se falando de uma unidade que se constitui de muitas variedades (PCN, 1998, p.29).

Com base nesse argumento, percebemos que embora haja em nosso país uma única língua nacional, existem diferenças com relação ao emprego de palavras e de pronúncia. Isso

nos leva a entender que não existem, portanto, variedades estáveis, isto é, em um mesmo ambiente social estão presentes diferentes variedades linguísticas que são associadas a valores sociais distintos.

É por essa razão que os PCN reforçam a ideia de que não se pode mais continuar difundindo pensamentos preconceituosos que colocam a gramática normativa como a única forma correspondente à língua de prestígio, conhecida como norma-padrão. Dessa forma, entendemos que o preconceito linguístico também é veiculado por essa gramática que valoriza apenas uma forma de língua, menosprezando e desconsiderando as demais variedades linguísticas.

Segundo Aulete (2011, p.698), o preconceito é uma “opinião ou ideia preconcebida sobre algo ou alguém, sem conhecimento ou reflexão”. A partir disso, entendemos que há diversos tipos de preconceitos, inclusive o preconceito linguístico, que se mantém pela discriminação e pelo desconhecimento das diversas formas de fala dos indivíduos.

Bagno (2015, p.21) expressa que as várias formas de preconceito “são apenas o resultado da ignorância, da intolerância ou manipulação ideológica”. Segundo o autor, poucas pessoas conhecem a existência do preconceito linguístico, por isso há grande desconsideração da gravidade desse problema. Porém, sabemos que ele é um problema social sério que atinge todas as camadas sociais.

Bortoni-Ricardo (2004), por sua vez, trata a variação linguística como diferença e não como erro. Pois, segundo ela, quando consideramos a variação como erro estamos agindo preconceituosamente, privilegiando a norma-padrão e desprestigiando as demais variantes linguísticas. A autora esclarece que:

Do ponto de vista estritamente linguístico, o erro não existe, o que existe são formas diferentes de usar os recursos potencialmente presentes na própria língua: se milhões de brasileiros dizem *trabaio* – e não “*tabaco*”, “*trabavo*”, “*trabazo*” etc. é porque a transformação de “*lh*” em “*i*” é uma virtualidade prevista na própria arquitetura fonológica da língua portuguesa (BORTONI-RICARDO, 2004, p.8).

Podemos ver que não existe uma única forma de se expressar, pois como mostra Bortoni-Ricardo, essas diferenças da pronúncia de palavras é comum e natural da língua humana. Por isso, Bagno (2007, p.47) explica que, “uma variedade é um dos muitos “modos de falar” uma língua. Esses diferentes modos de falar se correlacionam com fatores sociais como lugar de origem, idade, sexo, classe social, grau de instrução etc.”

Se linguisticamente erro não existe, como o preconceito linguístico se sustenta? Segundo Marcos Bagno, esse preconceito, na sociedade brasileira,

[...] é alimentado diariamente em programas de televisão e de rádio, em colunas de jornal e revista, em livros e manuais que pretendem ensinar o que é “certo” e o que é “errado”, sem falar, é claro, nos instrumentos tradicionais de ensino da língua: a gramática normativa e os livros didáticos (BAGNO, 2003, p.13).

Todos esses veículos de informações, citados acima, acabam de alguma forma, promovendo e disseminando o preconceito linguístico. No entanto, a situação fica mais trágica quando tratamos dos instrumentos de ensino da língua portuguesa na escola como, por exemplo, os livros didáticos e a própria gramática normativa, que acabam impondo uma norma linguística, deixando de lado as demais variedades. A esse respeito Bagno comenta:

[...] ao não reconhecer a verdadeira diversidade do português falado no Brasil, a escola tenta impor sua norma linguística como se ela fosse, de fato, a língua comum a todos os mais de 200 milhões de brasileiros, independentemente de sua idade, de sua origem geográfica, de sua situação socioeconômica, de seu grau de escolarização etc (BAGNO, 2015, p.26).

Na medida em que os professores se recusam ou não trabalham com a diversidade, que está intimamente vinculada à língua, eles estão cultivando nos alunos a formação de pensamentos preconceituosos, que reforçam o preconceito linguístico contra as variedades de fala diferentes da norma-padrão.

Desta forma, a sociedade acaba privilegiando aqueles que falam o “português-padrão”, enquanto os que falam o “português-não-padrão” são menosprezados. Por esse motivo, é necessário que a escola reconheça a diversidade linguística para melhor inserir os falantes não-padrão numa modalidade padrão, para que o abismo existente entre os falantes dessas modalidades possa diminuir, promovendo a inserção dos desprestigiados.

É importante ressaltar que as próprias instituições de ensino precisam reconhecer que existe a diversidade linguística e mais que isso precisam trabalhá-la em sala de aula, para que haja uma compreensão acerca de tal assunto e assim o preconceito contra os falantes do “português-não-padrão” seja minimizado. Para isso Bagno expõe que:

É preciso, portanto, que a escola e todas as demais instituições voltadas para a educação e a cultura abandonem esse mito da “unidade” do português no Brasil e passem a reconhecer a verdadeira diversidade linguística de nosso país para melhor planejarem suas políticas de ação junto à população amplamente marginalizada dos falantes das variedades não-padrão (BAGNO, 2003, p.18).

Assim, percebemos que essa tal “unidade” não passa de um mito, e o que de fato prevalece em nossa língua é, sem dúvida, a diversidade linguística que sempre existiu e continuará existindo. O que vemos, no entanto, na nossa sociedade, é que há professores que não estão preparados para lidar com essa questão. Eles ensinam voltados para a norma-padrão e desconsideram o trabalho da variação linguística, isto é, priorizam a gramática por considerá-la a única forma correta da língua.

Conforme Travaglia (2009), quando o aluno chega a escola ele pode não conhecer totalmente a norma-padrão da língua. No entanto, esse aluno tem o domínio da forma coloquial do meio em que convivi e incluindo as variedades regionais e sociais.

Segundo Neves (2003), a escola é o espaço concreto ideal que orienta e distribui o esperado uso linguístico, seguindo a norma intitulada padrão. Por isso, cabe a ela despertar uma reflexão acerca da língua materna, trabalhando a diversidade linguística e suas atividades que extrapolam a gramática tradicional. Portanto, a escola não deve se deter apenas ao ensino excessivo da gramática com ênfase na norma-padrão, mas precisa trabalhar também com as demais modalidades linguísticas. Por isso, os PCN frisam:

Pode-se dizer que, apesar de ainda imperar no tecido social uma atitude “corretiva” e preconceituosa em relação às formas não canônicas de expressão linguística, as propostas de transformação do ensino de Língua Portuguesa consolidaram-se em práticas de ensino em que tanto o ponto de partida quanto o ponto de chegada é o uso da linguagem (PCN, 1998, p.18).

Partindo de tal afirmação, entendemos que há uma proposta de mudança no ensino de Língua Portuguesa, que trouxe uma nova forma de pensar e de executar as práticas educativas, e que mesmo ainda existindo uma indiferença com relação à língua não-padrão, as propostas trazidas implementam outras maneiras de se trabalhar o preconceito. Essa didática acontece através de práticas que devem partir do uso da linguagem dos educandos para que eles possam desenvolver novas habilidades linguísticas. Dessa forma, os educadores precisam despertar nos discentes o interesse de conhecer e refletir a respeito da linguagem para que eles possam “compreendê-la e utilizá-la apropriadamente às situações” (PCN, 1998, p.19).

Para Bortoni-Ricardo (2004), o professor pode aproveitar as situações comunicativas, que revelam o uso evidente de variantes linguísticas em sala de aula, para conscientizar os alunos acerca das diferenças sociolinguísticas e mostrar-lhes o uso adequado e inadequado das variantes nos contextos comunicativos. Desse modo, os docentes podem conduzir os alunos a melhorarem o seu “repertório linguístico” proporcionando um aparato de recursos que podem ser adquiridos e ampliados através do desenvolvimento da temática da

variabilidade na língua, auxiliando, assim, no combate ao preconceito e a exclusão social pela linguagem.

A variedade não-padrão do discente deve ser respeitada e valorizada, jamais menosprezada. Ao docente, cabe demonstrar porém, que existe uma variedade linguística considerada de “maior prestígio social”, que também precisa ser estudada para que o aluno desenvolva suas habilidades e assim participe ativa e criticamente no meio social em que está inserido. Entretanto, é importante também que o professor esclareça que tal variedade padrão não deve substituir a variedade que cada um traz consigo, mas sim, estabelecer a conciliação entre as modalidades da língua para que saibam fazer uso dela nos diferentes contextos sociais.

Antunes (2003) também enfatiza o princípio de que não existe uma língua homogênea ou uniforme, ou seja, não existe um padrão inalterável. Para a autora, todas as línguas passam por variações de forma natural, e as alterações linguísticas, de fato, ocorrem em todos os níveis sociais sejam eles desenvolvidos ou subdesenvolvidos.

Antunes também trata a respeito do mito da invariabilidade linguística que está relacionado a forma como os falantes consideram a língua. Muitos, ainda, acreditam numa superioridade dos falares, é o caso daqueles que consideram a norma-padrão como única e correta variedade. Segundo a autora, tais pensamentos também influenciam alguns professores de português, pois ao seguirem tal lógica disseminam em suas aulas a ideia de que há uma língua superior e de prestígio enquanto as outras são inferiores e erradas.

Segundo Bagno (2000), os mitos existentes em nossa sociedade derivam-se de um mecanismo chamado de “Círculo vicioso do preconceito linguístico”. Isso quer dizer que, na maioria das vezes, a forma de enxergar a língua é conduzida por essa “mitologia” que reforça os valores instituídos pelo senso comum, impondo uma cobrança que parte tanto da escola quanto da sociedade, exigindo que os falantes sigam rigorosamente a norma-padrão. Portanto, tal círculo vicioso transmite a ideologia da homogeneidade das classes dominantes perpassando os diferentes níveis sociais.

No livro “Dramática da língua portuguesa” de Bagno (2000), o autor enfatiza que o preconceito pela linguagem marca a cultura de nosso país. Esse preconceito parte tanto dos falantes da norma-padrão, – que desvalorizam as demais formas de fala por considerarem apenas a sua maneira de falar como correta e única –, quanto dos falantes da modalidade não-padrão – que se sentem envergonhados de sua própria maneira de falar e por isso se consideram inferiores, por não terem o domínio da norma-padrão.

Dessa maneira, Scherre (2005) enfatiza que a língua tanto pode ser algo socializador, que interage, comunica e estabelece relações, como também pode ser algo destrutivo, quando usada para disseminar o preconceito linguístico ou qualquer outra forma de discriminação que possa menosprezar o ser humano, preconceito esse que, segundo a autora, muitas vezes se estabelece sobre a fala do outro.

3. METODOLOGIA

Este trabalho teve como base uma pesquisa-campo por meio do método da observação, sendo assim, a escola foi o espaço que nos proporcionou coletar as informações necessárias sobre o preconceito linguístico na sala de aula. Segundo Marconi e Lakatos (2015), a pesquisa de campo pode ser usada para comprovar ou contestar hipóteses e questões, e também para obter informações sobre um assunto, com o propósito de conseguir respostas para um determinado problema. As autoras enfatizam também que a observação vai além do ver e do ouvir, e consideram que através dela é possível analisar o objeto de estudo.

Nossa pesquisa é de natureza qualitativa de caráter descritivo-interpretativo, a qual nos permitiu coletar os dados necessários e averiguar o tema analisado por meio da observação em sala de aula. Para Marconi e Lakatos (2015) esse tipo de abordagem permite analisar características de fenômenos e fatos com o propósito de apresentar informações para verificar questões.

Assim, elaboramos as seguintes questões: há o trabalho contra o preconceito linguístico em sala de aula? Será que o docente está preparado para lidar com esse tema? A partir dessa temática o educador promove à inclusão pela linguagem?

No desenvolvimento da pesquisa, descrevemos os diálogos estabelecidos pelos sujeitos (professora e alunos), a forma como eles interagiram em seus atos comunicativos e utilizamos procedimentos interpretativos para refletirmos sobre a conduta e o posicionamento desses indivíduos diante de expressões preconceituosas.

Nossa pesquisa foi realizada na Escola Municipal de Ensino Fundamental Ulisses Maurício de Pontes, localizada na rua Nova Descoberta, Centro, Sertãozinho – PB, em turmas do ensino fundamental II, isto é, com alunos do 6º ao 9º ano. A faixa etária desses discentes variava dos 10 aos 15 anos e em cada turma havia uma média de 25 a 30 alunos. Ao todo, observamos 11 (onze) aulas, cada uma delas com quarenta e cinco minutos, nas referidas turmas, sob custódia da professora que lecionava nessa instituição no turno matutino. Essas observações foram realizadas nos dias 17 e 19 de Maio de 2016.

A escola possui 47 (quarenta e sete) funcionários, sendo que 29 (vinte e nove) deles são professores, todos formados em suas respectivas áreas de ensino. Dentre os docentes, três são da área de língua portuguesa, porém no turno da manhã havia apenas uma professora de português, que no caso era a docente que observamos. Ela é formada em Letras português, possui especialização nessa mesma área e atua há onze anos como docente nessa instituição.

Os demais funcionários dividem-se entre os cargos de auxiliar de serviços gerais, merendeiros, vigias, etc. São 341 (trezentos e quarenta e um) discentes matriculados nesta instituição. Nela existem programas como a EJA (Educação de Jovens e Adultos) e também o programa Mais Educação.

A escola possui oito salas de aula, além de uma sala dos professores e uma cantina, porém não há refeitório. Existem cinco banheiros, um deles todo adaptado para atender os alunos com necessidades especiais, uma biblioteca, uma sala de informática, um pátio e uma praça construída nos corredores da escola. Há também uma sala denominada de AEE (Atendimento Educacional Especializado), trata-se de uma sala multifuncional que tem como finalidade diminuir as barreiras enfrentadas pelos discentes que possuem algum tipo de necessidade especial.

4. ANÁLISE DOS DADOS

Com o intuito de conhecermos de perto como acontece a interação professor-aluno com relação ao preconceito linguístico e a inclusão em sala de aula, fomos à Escola Municipal de Ensino Fundamental Ulisses Maurício de Pontes e observamos onze aulas nas turmas do 6º ao 9º ano.

Apresentaremos, a seguir, os dados coletados durante nossa observação nas aulas, que demonstram uma experiência vivenciada nesta instituição, mas, que também, é uma realidade presente em outras escolas de nosso país. Tivemos como objetivo geral discutir o preconceito linguístico como mecanismo de inclusão na escola. Os objetivos específicos foram: a) refletir acerca da inclusão pela linguagem na escola e b) apresentar alternativas que trabalham com o preconceito linguístico.

Na escola, durante as observações, constatamos como ocorreu o trabalho com as diversas modalidades de falas dos educandos, flagramos como a docente trabalhava com a variabilidade linguística em sala e averiguamos tanto o posicionamento dela, quanto o dos alunos, diante de expressões consideradas preconceituosas.

Para melhor compreendermos tal situação destacamos alguns trechos de diálogos estabelecidos entre professora-aluno, aluno-aluno, que pontuamos durante nossa observação. Para que possamos identificar os indivíduos de nossa pesquisa em seus devidos papéis sociais, decidimos caracterizá-los como: **P** para a professora e **A**, **A1**, **A2** e assim sucessivamente, para os alunos que aparecem nos diálogos. – Os diálogos estão transcritos de acordo com a forma que os sujeitos se comunicaram em sala de aula. Destacamos a seguir o primeiro exemplo que ocorreu durante uma aula na turma do 6º ano A.

Quadro 1: Diálogo entre professora e alunos

P=	Pegue o livro para copiar a atividade. Você trouxe o livro?
A=	Eu truxe!
P=	É, eu trouxe.
A1=	“Eu truxe ” (risos), fala direito!
A=	Eu trouxe. Fica na tua aí, lesó.
P=	Parem com as conversas paralelas.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor, 2017.

A sala de aula é o espaço para a aquisição das normas e o professor deve aproveitar as oportunidades trazidas pelos alunos para discutir as questões da língua padrão. Porém, a docente não fez uso dessa situação positivamente, ou seja, ela não explicou que a palavra “truxe” não estava adequada ao contexto mais formal e também ao ambiente escolar e não repreendeu os que riram depreciativamente do aluno **A**. Recortamos esse exemplo, pois o que houve foi, foneticamente o apagamento da vogal “o” na palavra “trouxe”, porém esse desvio é comum na língua não-padrão.

O que nos chama a atenção é a conduta da professora, que deveria aproveitar o momento para explicar que tal palavra estava sendo empregada inapropriadamente no contexto comunicativo, e não poderia deixar que o outro aluno agisse preconceituosamente discriminando a forma como **A** se expressou ao usar a variante não-padrão durante o diálogo. Como expressam os PCN (1998), a questão não é apontar o erro, mas entender qual variante deve ser usada nas diferentes situações comunicativas.

Neste exemplo não se concretizou nenhuma ação positiva com relação ao ensino de língua materna em sala. É por esse motivo que enfatizamos o que afirma Leite (2011, p.159),

“o professor não deve simplesmente dizer que tal termo está errado, mas vai apresentar as razões pelas quais outros termos se enquadrariam melhor no contexto dado”.

Para esclarecer o ensino-aprendizagem das várias modalidades de fala em sala de aula, os PCN (1998) enfatizam que a pretensão não é fazer com que os alunos falem do jeito que está escrito na gramática, mas oferecer a eles oportunidades para conhecer as várias formas de falas e contextualizá-las, considerando, é claro, os meios que contribuem para que tais modalidades possam ser concretizadas na comunicação. Portanto, é necessário:

[...] saber adequar os recursos expressivos, a variedade de língua e o estilo às diferentes situações comunicativas: saber coordenar satisfatoriamente o que fala ou escreve e como fazê-lo; saber que modo de expressão é pertinente em função de sua interação enunciativa – dado o contexto e os interlocutores a quem o texto se dirige. A questão não é de erro, mas de adequação às circunstâncias de uso, de utilização adequada da linguagem (PCN, 1998, p.31)

Por isso, Leite (2011) considera que a sala de aula é um espaço que integra a comunicação entre os indivíduos, e para que possa acontecer uma interação entre eles é necessário que tais participantes estejam interligados para que haja uma compreensão entre si. Tudo isso influencia no desempenho do ensino-aprendizagem dos alunos, e conseqüentemente eles não obterão um resultado positivo acerca das variações linguísticas, se tal assunto não é trabalhado ou é abordado erroneamente.

É o que acontece neste exemplo. Como os alunos não têm amplo conhecimento sobre o verdadeiro significado das variantes linguísticas, eles acabam não apenas sendo alvos, mas também autores do preconceito linguístico uns com os outros, pois a própria docente não introduz nenhuma prática ligada a esse tema e se omitiu de discutir esse caso de preconceito linguístico vivenciado na sala de aula.

Portanto, seria necessário providências, como às sugeridas por Bagno (2007), para trabalhar a conscientização dos docentes e discentes, mostrando que a língua tanto pode ser um elemento de ascensão social, como de discriminação. Isto é, mostrar-lhes que há muitas formas de preconceito, inclusive o preconceito linguístico e a partir disso, usar estratégias fundamentadas para desconstruir as práticas do preconceito pela linguagem, promover a inclusão e esclarecer para os educandos que eles não devem aceitar as situações de repressão ou discriminação linguística.

É possível perceber que a docente se apoiou em concepções tradicionais, tratando a língua como dependente da gramática, e pautada na gramática normativa ela desconsiderou as expressões linguísticas diferentes da norma-padrão presente nessa gramática. Portanto,

flagramos apenas a atitude de “corrigir” o aluno, revelando que a professora segue o que é proposto por esse tipo de gramática, enfatizando o que está certo ou errado no uso da língua.

Analisemos o próximo exemplo que aconteceu na turma do 7º ano A:

Quadro 2: Diálogo entre professora e alunos

- P= Quero ver os poemas que pedi para vocês fazerem. Quem já fez me mostre, e quem não fez ainda, pode começar a fazer agora! Você já fez o poema?
- A= Eu estou **fazeno**!
- P= E você?
- A1= Eu tinha **fazido** outro, mas...
- P= **Fazido**, não! Feito!
- A1= Sim, eu tinha feito outro, mas vou mostrar esse que fiz agora.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor, 2017.

Observamos aqui, mais uma vez, apenas uma ação corretiva, sem qualquer explicação que possibilite o aluno compreender porque de fato ele não deve falar dessa forma. A professora repreende o modo como o aluno **A1** pronunciou a palavra “fazido”, porém sequer explicou tal inadequação e preconceito por parte dela com relação ao ocorrido. Ela poderia ter explicado a forma que alguns verbos assumem no particípio, como por exemplo: verbos trazer e dormir, que passam a ser trazido e dormido, e que por isso o aluno pode ter feito essa analogia com essa forma verbal.

Flagramos, portanto, que a professora apenas apontou o erro do educando, mostrando seu preconceito com as formas de falas não padronizadas. Vejamos o que os PCN destacam:

Ainda se ignora um princípio elementar relativo ao desenvolvimento da linguagem: o domínio de outras modalidades de fala e dos padrões de escrita (e mesmo de outras línguas) não se faz por substituição, mas por extensão da competência linguística e pela construção ativa de subsistemas gramaticas sobre o sistema já adquirido (PCN, 1998, p.31).

É importante registrar que em nenhum momento a docente entrevistou na frase do aluno **A** que disse “fazeno” e neste caso ocorreu o apagamento do “d” no gerúndio, que é um fenômeno muito comum como nos exemplos: “brincano”, “quereno”, etc. Essa forma também é considerada um desvio da língua-padrão, porém, mais usual na oralidade do que a expressão

“fazido”. O uso do termo “fazeno”, talvez, deve ser usual a própria professora e por isso ela não o considerou como desvio e não fez a correção. Contudo, sabemos que esses desvios estão inseridos numa modalidade de fala que é comum na realidade social dos educandos e por este motivo, a educadora deveria ter explicado essas ocorrências em sala de aula, para que os discentes pudessem fazer uso adequado desses enunciados nos variados contextos comunicativos.

Observamos, pois, que os usos das modalidades padrão e não-padrão estão muito vivos na sala de aula. Numa mesma situação a professora pode intercambiar por essas duas modalidades. A docente, portanto, ao ter corrigido o aluno trocando o termo “fazido” por “feito” perdeu a oportunidade de trabalhar o preconceito linguístico e de esclarecer as diferenças sobre as formas de alguns verbos no particípio. O que possibilitaria a inclusão desses alunos à modalidade padrão da língua e proporcionaria uma reflexão dessas variações que ocorrem na fala. Assim, eles saberiam utilizar adequadamente as expressões linguísticas nos diversos contextos comunicativos.

Nesse exemplo, também notamos que a educadora pautou-se em concepções que priorizam a gramática normativa. No trabalho com a língua, a professora desconsiderou a concepção de linguagem interativa, pois assumiu que o uso da língua deve estar de acordo com a gramática tradicional. Sendo assim, ela não fez uso da gramática descritiva, pois se tivesse partido de tal perspectiva não teria enfatizado o erro linguístico, mas sim, a inadequação da palavra ao contexto e teria considerado a variante utilizada pelo aluno.

Vejamos agora um exemplo ocorrido na turma do 8º ano A:

Quadro 3: Diálogo entre professora e alunos

P= Vocês podem ir trazendo aquela atividade da última aula sobre abuso sexual que eu vou dar o visto.

A= Aqui a minha professora

A1= Depois eu vou

P= Olhem só! Já corriji alguns textos e percebi que vocês estão escrevendo a palavra “estupro” errada. Estão colocando o “r” na segunda sílaba. Não é **estrup**, é **estupro**. Além de escreverem errado, vocês estão falando errado também.

A2= Quem falou assim foi ela (risos)

P= Vocês não devem falar assim. Deixem isso para quem não estudou. Vocês estudam. Agora, quem não estuda a gente releva, porque sabemos que não conhecem a forma correta.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor, 2017.

Nesse exemplo, visualizamos uma atitude corretiva, na modalidade escrita, por parte da docente, pois ela critica a forma como os alunos escreveram a palavra “estupro”, e afirma que eles estavam escrevendo errado. Além disso, também chamou a atenção deles para a pronúncia da palavra, pois, segundo ela, estavam falando tal palavra de forma equivocada, ou seja, esse equívoco da pronúncia direcionou uma escrita que foge à norma-padrão.

Vemos que está explícito um ato preconceituoso, pois segundo Bortoni-Ricardo (2004), a variação linguística deve ser tratada como diferença e não como erro, porque no momento em que consideramos o erro estamos reforçando o preconceito contra as formas de fala, uma vez que, a ocorrência da palavra “estupro”, na forma “estrupe”, é algo frequente entre os falantes da língua não-padrão. Essa diferença é considerada “comum” entre esses indivíduos e isso não impede a compreensão deles com relação ao significado da palavra. Os próprios alunos acabam falando e escrevendo desse modo, por consequência da influência do meio social no qual estão inseridos.

Com base em Leite (2011), o docente pode utilizar estratégias para auxiliar o aluno na construção de suas respostas, isto é, ao invés de valer-se apenas de atitudes corretivas, o professor pode expandir o trabalho com as formas de fala, proporcionando aos alunos o conhecimento acerca das diferenças que existem nas modalidades linguísticas, adequando tal discussão em sala de aula à realidade desses educandos.

Neste exemplo, ficou uma lacuna com relação as modalidades linguísticas, ou seja, faltou uma discussão em torno das palavras “estupro” e “estrupe” distinguindo cada uma delas, pois a justificativa da professora foi apenas que precisavam saber a palavra porque estavam no ambiente escolar. Quando **P** diz: “Deixem isso para quem não estudou”, revela o preconceito por parte dela, com as pessoas que não frequentaram a escola e que não falam a modalidade padrão. Sendo assim, ela reforçou o preconceito linguístico em sala de aula, ao invés de combatê-lo. A professora poderia ter utilizado tal situação para promover a inclusão dos falantes não-padrão e romper com essas ideias preconceituosas.

Podemos deduzir que a docente desconsidera as variantes linguísticas que não são contempladas pela gramática normativa, por isso, ela apenas trabalha com a ideia do que é “certo ou errado” na língua. Dessa maneira, a língua é tratada apenas como um “objeto” dependente da gramática, então, não há o trabalho com concepções reflexivas, como por exemplo, a gramática descritiva que considera a variação linguística.

Vamos para o próximo exemplo coletado na turma do 9º ano A:

Quadro 4: Diálogo entre professora e alunos

P=	Vamos ver essa história em quadrinhos que destaca os personagens Chico Bento e Zé Lelé. Zé Lelé diz ao Chico: “Óia só o meu cachorro di pelúcia”. Chico perguntou: “donde ocê arranjô?”. Vocês conhecem essa linguagem?
A=	Sim!
A1=	É uma linguagem caipira.
A2=	E feia (risos)
P=	Sim, é uma linguagem caipira.
A2=	Mas, nós não falamos assim.
A3=	É uma linguagem estranha.
P=	Isso mesmo, trata-se de uma linguagem caipira, que nós consideramos diferente porque não falamos dessa forma.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor, 2017.

Neste exemplo está explícito o preconceito linguístico com as modalidades de fala diferentes da norma-padrão, pois quando os alunos consideram a linguagem utilizada pelos personagens como “feia e estranha”, eles revelam a falta de conhecimento pela variante linguística destacada no exemplo. A docente não aproveitou para comentar sobre os fatos preconceituosos e não promoveu a inclusão dessa variante. É por isso que os PCN (1998) enfatizam que diante dos fenômenos da variação, a escola precisa ter cuidado para não reproduzir em seu ambiente a discriminação linguística.

Os comentários dos alunos **A2** e **A3** foram fundamentados em pensamentos preconceituosos, não propriamente por culpa deles, mas porque o meio social em que vivem, como vimos em Bagno (2007), traz em si, esse preconceito contra as variedades estigmatizadas. Para os discentes pensarem assim é por que, de alguma forma, já ouviram ou tem algum contato com pessoas que propagam o preconceito linguístico contra os falantes dessa variante. Isto só reforça o que afirma Bagno (2015, p.22), “pouquíssimas pessoas reconhecem a existência do preconceito linguístico, que dirá sua gravidade, como um sério problema social. E quando não se reconhece sequer a existência de um problema, nada se faz para resolvê-lo.”

A professora deveria ter explicado que essa forma de falar, expressado na história em quadrinhos, não é totalmente diferente da nossa, pois mesmo existindo traços específicos da

“língua caipira”, que no caso seria da zona rural, existem semelhanças entre esses modos de falar, pois são variantes de uma mesma língua, a língua portuguesa de nosso país.

Além disso, é necessário falar dos fatores que influenciam essa modalidade linguística. A exemplo disso, Bagno (2007, p.95) cita que “ter nascido e vivido na zona rural (ou numa cidade pequena) ou ter sido criada numa grande metrópole são fatores que influenciam muito a visão de mundo da pessoa, suas crenças e valores, sua relação com o meio ambiente e, é claro, seu modo de falar a língua.” Os fatores citados por este autor, explicam o verdadeiro motivo pelo qual as pessoas usam modos de fala diferentes.

Neste momento, a professora poderia ter falado do preconceito linguístico, que foi revelado em sala de aula pelos alunos, mesmo que eles não tenham consciência de que o tenham cometido. Ademais, ela foi omissa e não soube utilizar essa situação para esclarecer que existem “várias maneiras de falar”, e que essas variantes devem ser respeitadas, ou seja, tratar da inclusão dessas variações linguísticas que estão presentes não apenas na história em quadrinhos, mas em nosso próprio meio social, inclusive na sala de aula.

Talvez, a própria educadora não tenha conhecimento ou não saiba lidar com esse tipo de preconceito, como expressa Bagno (2007, p.119), “[...] a falta de uma base teórica consistente e, sobretudo, a confusão no emprego dos termos e dos conceitos prejudicam muito o trabalho [...]”. Isto é, tratar de um assunto quando não há conhecimento a respeito dele ou quando não há nenhum suporte teórico para auxiliar o trabalho em sala de aula é muito difícil. Talvez por isso, a professora não abordou a temática do preconceito linguístico e nem tampouco trabalhou a inclusão dessa modalidade linguística representada na história em quadrinhos.

Neste exemplo registramos que também não houve o trabalho com a concepção de linguagem interacional apresentada por Travaglia (2009). Desse modo, a professora não valorizou os diferentes modos de fala utilizadas pelo indivíduos e considerou apenas as expressões padronizadas pela gramática normativa. Isso reforça o preconceito linguístico em sala de aula, pois concepções pautadas no uso excessivo das regras gramaticais priorizam a língua padrão e desvalorizam as demais variantes.

Por isso, é importante o trabalho a partir de perspectivas que tratam a gramática como um “recurso” que considera a variante do educando e dos demais indivíduos, que é o caso da gramática descritiva. Pautada nessa concepção a professora romperia com o julgamento do que é certo ou errado na língua, apontando condições de uso adequadas para as modalidades linguísticas de acordo com o contexto comunicativo. Desse modo, os alunos compreenderiam que existe a adequação e inadequação da variedade da língua em diferentes contextos.

5. CONCLUSÃO

Ao término dessa análise percebemos que nosso objetivo geral foi realizado, pois discutimos sobre o preconceito linguístico apontando-o como mecanismo de inclusão na escola. Desse modo, mostramos que esse tipo de preconceito ocorre em sala de aula, sendo cometido tanto pelos alunos quanto pela professora. Apesar da docente não ter trabalhado positivamente, entendemos que existem perspectivas de língua e de gramática que auxiliam no trabalho educativo dessa temática, e que quando utilizadas corretamente tais concepções propiciam a inclusão das variantes linguísticas no ambiente escolar.

Os objetivos específicos também foram concretizados, pois refletimos acerca da inclusão pela linguagem na escola. Através dessa reflexão entendemos que quando a prática educativa é orientada por concepções que consideram as variantes diferentes da norma-padrão, ela promove uma educação inclusiva que respeita as diferentes formas de expressão dos alunos e dos demais indivíduos, motivando a conscientização acerca das variedades não-padrão.

Também apresentamos alternativas que trabalham com o preconceito linguístico, considerando a heterogeneidade da língua, desconstruindo o mito da homogeneidade linguística e respeitando a forma de fala que cada aluno ou indivíduo traz consigo. Sendo assim, lembramos das propostas sugeridas pelos PCN, Bortoni-Ricardo, Bagno, quando revelam que a prática educativa não pode ser conduzida pela discriminação linguística que impõe apenas uma forma de falar como única e exata, julgando como “certo” apenas a língua padrão e “errado” todas as expressões que não correspondem a gramática normativa. Portanto, tais autores enfatizam que cada maneira de falar tem o seu valor e deve ser respeitada, que os docentes e os discentes precisam compreender que o que existem é a adequação e a inadequação dos termos utilizados nos contextos comunicativos.

Como respostas às nossas questões, verificamos que o trabalho contra o preconceito linguístico, nessa sala de aula, não ocorreu de maneira efetiva, isto é, a professora desconsiderou as expressões preconceituosas ocorridas em sala. Percebemos que ela não soube lidar com esse tema, pois nas situações de preconceito linguístico, não utilizou nenhuma dessas oportunidades para esclarecer a existência de variantes linguísticas diferentes da norma-padrão e isso comprova que a docente não estava preparada para trabalhar tal forma de preconceito. Além disso, ela não conseguiu promover a inclusão pela linguagem, desrespeitou as variantes não-padrão e reforçou a ideia de que apenas a língua padrão é correta.

Não queremos aqui culpar os alunos e nem tampouco a professora por participarem de atos que enfatizam o preconceito linguístico no espaço escolar, pois como vimos ao longo de nossa pesquisa, essa ideologia acerca da língua prestigiada já existe há muito tempo e combatê-la não é tão simples. O fato da docente ter utilizado concepções tradicionais de língua e de gramática, valorizando apenas a norma-padrão da língua é consequência dessa ideologia. Sabemos também que, apesar deste trabalho envolver apenas uma professora, ela não é um caso específico ou isolado.

Como expressa Bagno (2007), se queremos que o convívio linguístico entre os falantes das diversas variantes seja democratizado, temos que edificar uma sociedade tolerante, que saiba respeitar as diferenças, sejam elas linguísticas, econômicas, sociais. Enfim, promover o respeito e a valorização de cada indivíduo, pois independentemente de qualquer fator, partilhamos de uma língua heterogênea, que pode ser utilizada de várias formas de acordo com o contexto comunicativo.

Os processos educacionais devem, portanto, pautar-se pelo reconhecimento da diversidade linguística e pelo respeito às diferenças. Deve ser papel de todos estar vigilante e ser combativo a toda prática social, explícita ou velada, que estimule e personifique o preconceito linguístico. Nesse processo, são ferramentas cruciais a informação e o acesso ao conhecimento.

REFERÊNCIAS

AULETE, Caldas. **Minidicionário contemporâneo da língua portuguesa**. [Organizador Paulo Geiger]. 3. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2011.

ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro & interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

_____, **Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BAGNO, Marcos. **Dramática da língua portuguesa: tradição gramatical, mídia & exclusão social**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

_____, **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

_____, **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

_____, **Preconceito linguístico**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental. Língua Portuguesa**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

LEITE, Jan Edson Rodrigues. **Sociolinguística interacional e a variabilidade cultural da sala de aula**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa: Planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Que gramática estudar na escola?: norma e uso na língua portuguesa**. São Paulo: Contexto, 2003.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Doa-se lindos filhotes de poodle: variação linguística, mídia e preconceito**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2009.